

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Danilo Medeiros de Souza

**Cultura e Música:
a diplomacia do governo Lula**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IRI
Graduação em Relações Internacionais

Rio de Janeiro,
Junho de 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Danilo Medeiros de Souza

**Cultura e Música:
a diplomacia do governo Lula**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. João Daniel Lima de Almeida.

Rio de Janeiro,
Junho de 2022.

Agradecimentos

À minha família, minha eterna gratidão. Obrigado pelo apoio, esforço e empenho para que pudesse cursar a PUC-Rio bem e sem muitas preocupações ao longo desses 5 anos, podendo me concentrar nos estudos e no meu desempenho acadêmico.

Quero agradecer aos amigos e colegas que fiz durante minha jornada na PUC. Sou grato pelas pessoas que pude conhecer na universidade, que fizeram os dias da graduação mais leves e animados. Em especial, ao meu amigo Manuel, que sempre buscou estar a par deste presente trabalho e me ajudou em diversos momentos da graduação.

Agradeço a todos aqueles que foram meus professores durante o curso de Relações Internacionais, por toda capacidade profissional e ensinamentos importantes.

Agradeço também a minha atual companheira e amor da minha vida, que vem me dando todo o suporte, ajuda e ombro amigo nesta reta final de entrega do presente trabalho. Sem ela meus dias não seriam tão bons, leves e felizes.

Por último, ao meu orientador, Professor João Daniel Lima de Almeida, por ter aceitado a orientação deste presente trabalho e pela paciência e compreensão ao longo de sua escrita, mesmo com todas as dificuldades. Agradeço muito pela compreensão.

Resumo

Souza, Danilo Medeiros. Cultura e Música: a diplomacia do governo Lula. Rio de Janeiro, 2022. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A cultura ganhou grande espaço nas políticas brasileiras durante o governo Lula, passando a ser considerada elemento central da estratégia de desenvolvimento do Brasil na época. Tanto internamente, quanto externamente, o governo buscou desenvolver, promover e ressignificar seu uso. Nessa época, a diplomacia cultural brasileira também se tornou um grande pilar da ação internacional brasileira como meio de aproximação e fortalecimento de relações com outros Estados. Além disso, a cultura buscou ser usada para construir a imagem de um país diverso de fato. Frente a importância que a diplomacia cultural teve no período entre 2003 e 2010, o presente artigo científico buscou entender como a música brasileira foi utilizada no processo de inserção internacional brasileira. Ao entender a música como uma dos principais campos culturais capazes de representar a cultura brasileira em toda sua diversidade, bem como o seu uso histórico em outros momentos da diplomacia cultural brasileira, o trabalho buscou entender seu uso em um dos momentos mais fortes de políticas culturais no Brasil até hoje.

Palavras-chave

Palavras-chave: Cultura. Diplomacia Cultural. Música. Governo Lula.

Abstract

Souza, Danilo Medeiros. Culture and Music: the cultural diplomacy of Lula's administration. Rio de Janeiro, 2022. 37 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Culture gained great space in Brazilian policies during the Lula government, becoming a central element of Brazil's development strategy at the time. Both internally and externally, the government sought to develop, promote and redefine its use. At that time, Brazilian cultural diplomacy also became a major pillar of Brazilian international action as a means of approaching and strengthening relations with other States. In addition, culture sought to be used to build the image of a truly diverse country. Given the importance that cultural diplomacy had in the period between 2003 and 2010, this scientific article sought to understand how Brazilian music was used in the process of Brazilian international insertion. By understanding music as one of the main cultural fields capable of representing Brazilian culture in all its diversity, as well as its historical use in other moments of Brazilian cultural diplomacy, the work sought to understand its use in one of the strongest moments of cultural policies in Brazil until today.

Keywords

Keywords: Culture. Cultural Diplomacy. Music. Lula's administration.

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de ações pertinentes à diplomacia cultural brasileira no governo Lula	21
--	----

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. A CULTURA NO GOVERNO LULA	11
3. A DIPLOMACIA CULTURAL, AÇÕES DO MRE E DO MINC	19
4. O ANO DO BRASIL NA FRANÇA	27
5. CONCLUSÃO	36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. Introdução

Ao longo da história do Brasil a música brasileira se desenvolveu e exportou, através de inúmeros compositores e artistas, a cultura brasileira para o mundo. Desde Carlos Gomes na época do Império até Villa-Lobos, Pixinguinha e Tom Jobim ao longo do século XX, só para citar os principais nomes, a música brasileira foi levada para fora e “celebrada na imprensa nacional com entusiasmo patriótico” (FLÉCHET, 2012, p. 227).

Importante fator foram os avanços tecnológicos e o desenvolvimento da indústria fonográfica no Brasil no século passado. Além disso, para Anaís Fléchet (2012) a “diplomacia musical” ao longo do século XX foi feita e desenvolvida principalmente pelas ações dos músicos, mecenas e comerciantes. No entanto, por trás de toda essa diplomacia musical outro ator, mesmo que discreto, esteve presente: o Ministério das Relações Exteriores.

Mesmo que pouco se comparado com outros países, o Itamaraty estimulou a diplomacia cultural durante esse período. Esse tipo de diplomacia iria muito além de seus objetivos fundamentais, facilitando a política externa dos Estados em todos os outros âmbitos de atuação como o político, comercial e econômico ao conferir um sentido mais amplo a todas essas questões. Ao estabelecer uma troca cultural com outros países, a credibilidade e permanência das demais políticas seriam reforçados frente ao pano de fundo da aproximação cultural (RIBEIRO, 2011). Isso porque a diplomacia cultural tem importante ação no estabelecimento da projeção internacional de um Estado, é o modo pelo qual o Estado venderia sua “imagem” e identidade no campo internacional (MENEZES, 2015). No Brasil, durante o século passado, a música foi, junto com o cinema, uma das principais manifestações culturais a constituir a identidade e imagem do Estado no internacional.

O Itamaraty via nessas manifestações maior possibilidade de comercialização e, por isso, agiu em prol de ambas, mesmo que pontualmente ao longo do século XX. “É lícito supor que o cinema novo e, com mais razão ainda, a música popular brasileira, cedo ou tarde teriam tido acesso ao mercado internacional. Mas a participação do Itamaraty facilitou e encurtou o processo” (RIBEIRO, 2011, p. 91).

No entanto, foi a partir do final do século XX e no início do século XXI que a diplomacia cultural ganhou forte espaço na Política Externa Brasileira, em especial durante o Governo Lula. De fato, a cultura passou a ser pensada em direta associação com o desenvolvimento nacional.

Contando com Gilberto Gil e Juca Ferreira (a partir de 2008) à frente do Ministério da Cultura, e Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores, gradativamente o discurso relacionado às iniciativas sociais, no cenário doméstico, e as posturas autônomas do Brasil no cenário internacional começam a integrar uma dimensão cultural. A cultura passa a ser associada aos dois planos de reforma do projeto de desenvolvimento nacional. (BARÃO, 2012, p. 74)

Antônio Rubim argumenta que o governo Lula teria tentado quebrar com certas tradições das políticas culturais brasileiras. Para o autor, historicamente no Brasil haveria três tristes tradições governamentais em relação à cultura brasileira. A primeira seria a ausência; a segunda, o autoritarismo; e a terceira, uma mistura das outras duas, a instabilidade. Essas tradições correspondem, respectivamente, à cultura tratada como um privilégio, à domesticação de seu caráter crítico e à ausência de políticas permanentes (RUBIM, 2008).

Teria sido nesse contexto que o governo Lula se inseriu, buscando quebrar com essas três tradições e dando à cultura brasileira papel central em seu governo, tendo inicialmente como figura central dessa mudança o ministro da cultura Gilberto Gil. Como sustentam Arruda e Bijos (2010, p. 47), o governo Lula e o Ministério da Cultura deslocaram “as políticas culturais para o centro do debate do desenvolvimento nacional e das relações de intercâmbio do Brasil com outros países”.

Se é verdade que a música brasileira já ocupava um espaço nos esforços empreendidos pela diplomacia cultural brasileira, a diferença fundamental no período mais recente diz respeito à escala, à forma e ao papel empenhado por esse tipo de diplomacia, bem como à própria percepção da cultura brasileira e seu papel. Isso teria acarretado em uma ampla difusão da música brasileira, como sustenta Freitas (7 - 2015, p.94):

Essa ampliada política para a difusão da música brasileira, que se dá ao longo dos dois mandatos do presidente Lula, por um lado é fruto de uma visão renovada, trazida pelo novo governo, em relação ao papel da cultura no desenvolvimento nacional e da importância de se ter uma presença cultural marcante no cenário internacional atual. (FREITAS, 2014, p. 94)

Outro ponto importante que possibilita tal difusão é o desenvolvimento da indústria fonográfica no início do século XXI. Melhor dizendo, o impacto das novas tecnologias na indústria e no mercado musical. De fato, o mercado fonográfico tem que se adaptar às novas possibilidades de divulgação, produção e venda dadas pelas novas tecnologias e meios de comunicação. Se a música antes já era uma das artes mais acessíveis, nas últimas décadas essa característica aumenta consideravelmente.

Portanto, visto a importância da diplomacia cultural para a projeção internacional de um Estado, seja de suas políticas ou sua identidade, cabe explorar como a música brasileira influenciou esse processo durante o governo Lula. Afinal de contas, a música, junto ao cinema, sempre foi um dos principais pontos de ação da diplomacia cultural dos antigos governos, mesmo que minimamente. Além disso, pode-se argumentar que como arte a música sempre foi também uma das mais acessíveis e de maior alcance, bem como uma linguagem universal, tendo todas essas características potencializadas a partir do início do século XXI. Frente a esses fatores e a toda a resignificação dada à cultura no governo Lula, saber como tal linguagem foi utilizada é importante para compreender a diplomacia cultural brasileira durante essa época.

Em um primeiro esforço, irei explorar a ruptura que o governo Lula faz com as nossas três tristes tradições para com a cultura. Em seguida, buscarei mostrar o papel central que o Ministério da Cultura acabou por ocupar na política externa brasileira durante o período Lula junto ao Ministério de Relações Exteriores, explorando também qual foi a identidade e imagem que o governo brasileiro buscou “exportar” através de nossa cultura. Já no último momento, discutirei um evento diplomático marcante no qual a cultura teve papel fundamental, analisando qual foi o papel da música brasileira neste, que devido ao sucesso, impulsionou a

proliferação de outros eventos parecidos nos anos subsequentes. Nesta parte, darei destaque ao Ano do Brasil na França.

2. A cultura no governo Lula

A cultura brasileira é riquíssima, esse é um fato incontestável. No entanto, há quem defenda que ela nunca foi devidamente dada a atenção pelos governos brasileiros, sempre sendo usada e financiada de forma irregular e inconstante. Rubim (2010) é um desses, afirma que sempre tivemos enquanto país três tristes tradições em relação a nossa cultura, a ausência, o autoritarismo e a instabilidade. E nunca tivemos um momento de ruptura ou ao menos uma tentativa? Para Rubim sim, ele ocorreu durante o governo Lula.

Antes mesmo da posse de Lula, a cultura já era ponto essencial em sua campanha presidencial. No documento "A Imaginação à Serviço do Brasil", parte integrante do programa de governo, o subtítulo era "Programa de Políticas Públicas de Cultura". Desde antes de assumir, a proposta do governo era que a cultura fosse um direito básico importante para o desenvolvimento nacional e da democracia. "O Programa dialogava com documentos e estudos internacionais nos quais a cultura é considerada como um direito básico, propondo que as políticas culturais devem estar voltadas para o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia" (CALABRE, 2014, p. 143).

A partir de 2002, portanto, a cultura brasileira passou a ser vista como parte fundamental das políticas internas nacionais e era vista diretamente atrelada ao desenvolvimento do país. Um dos principais pontos de mudança foi o papel do Ministério da Cultura e a importância dada a ele e a cultura para o desenvolvimento nacional. Através da ação do MinC e dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira que a cultura brasileira ocupou papel central nas políticas do governo Lula.

Para Alfredo Manevy (2010), haveriam dez mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca que simbolizam suas ações: um amplo conceito de cultura; o entendimento de cultura como direito fundamental e necessidade básica; a promoção da diversidade cultural brasileira; valorização das culturas

tradicionais; diretrizes para a economia de cultura; modernização do direito autoral brasileiro; modernização da política de fomento à cultura; a sociedade civil como conceito da ação estatal; o papel do Estado na cultura; e por fim, o orçamento público destinado a nossa cultura. Acredito também que tais mandamentos teriam sido a base com a qual o governo Lula teria lidado com a cultura em seu governo e buscarei explorá-los nesta seção.

Quanto ao amplo conceito de cultura pode-se dizer que os programas e ações tiveram base no que se chamou de tridimensionalidade da cultura. Havia três dimensões nas quais o Ministério buscava trabalhar para o desenvolvimento da cultura no país: a simbólica, a cidadã e a econômica. Elas foram definidas da seguinte forma:

A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. [...] A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. [...] Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira (BRASIL, 2010, p.8).

Em consenso com a dimensão cidadã que o MinC buscou trabalhar durante o governo Lula, chegamos no ponto fundamental da afirmação da cultura como direito básico da população. Um dos principais esforços do MinC nesta frente foi na construção de uma parceria com o IBGE desde 2003 para o mapeamento da cultura em seus mais variados aspectos por todo o Brasil. Nesta época foi criado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do MinC, reconhecida como a primeira base de dados oficial em termos de cultura. Este que permitia ao MinC e ao governo tomar decisões, pautadas em dados mais certos, para o desenvolvimento da cultura e de seu acesso para todos.

Até 2003, os programas do Ministério não tinham indicadores e metas de acesso ao público e à sociedade. As metas avistavam apenas a produção de poucos bens culturais. Algo tão estranho como se o Ministério da Educação não incorporasse os estudantes como finalidade última de suas políticas, focando apenas nos professores e suas demandas (MANEVY, 2010, p. 107).

A sociedade civil era o local no qual a cultura era feita e deveria ser portanto mapeada para que políticas mais assertivas pudessem ser tomadas. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas sim incentivar as ações que já ocorrem. Gil chegou ao Ministério com o intuito de criar condições de acesso, criação e promoção do desenvolvimento da cultura brasileira. Neste sentido, por exemplo, que a iniciativa dos Pontos de Cultura nasceu e foi concebido em 2004, eles são basicamente instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, que desenvolvem algum tipo de atividade cultural em suas comunidades. Esta iniciativa foi a ação prioritária do Programa Cultura Viva do MinC.

Ela basicamente garantia que ações culturais que já existiam na sociedade civil pudessem receber o auxílio do Ministério da Cultura para continuarem a desenvolver os projetos. A iniciativa dos Pontos de Cultura também buscava fomentar e garantir que ações em favelas, comunidades ribeirinhas, cidades pequenas e outros espaços da sociedade civil menos privilegiados pudessem ter acesso e espaço para desenvolver esse bem que agora era imprescindível para o desenvolvimento nacional. Nas palavras de Gil:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de conseqüências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas - já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos

dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência. Na verdade, o Estado nunca esteve à altura do fazer de nosso povo, nos mais variados ramos da grande árvore da criação simbólica brasileira. (GIL, 2003, p. 11)

Também é a partir da gestão de Gilberto Gil no MinC que a diversidade de nossas expressões culturais começou a ser gerida devidamente por políticas públicas mais assertivas. Foi nesta época que a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural foi criada: "responsável por concentrar as diversas ações que o governo se propunha a inaugurar em matéria de política pública de cultura para os diversos grupos e setores socioculturais até então desconsiderados" (BRAZ et al., 2010, p. 265).

Um dos principais projetos da Secretaria, única até então no mundo, foi o Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural. Cujo objetivo segue abaixo:

Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos etários, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2008).

Na Proposta Orçamentária do Programa haviam nove ações a serem realizadas: fomento a projetos direcionados à cultura dos povos indígenas; divulgação e fortalecimento das culturas populares; fomento a projetos de combate à homofobia; gestão e administração do programa; fomento a grupos e redes da diversidade cultural brasileira; fomento às manifestações culturais da juventude; e proteção e promoção dos conhecimentos e das expressões culturais tradicionais. Somente ao observarmos 1 dos programas levados a frente por 1 das secretarias

do MinC conseguimos perceber claramente a importância que foi dada, desde o início da gestão de Gil no Ministério, à diversidade e pluralidade de expressões culturais brasileiras. Ademais:

A política que o Ministério da Cultura adotou desde 2003 escancarou as portas para, entre outros, povos indígenas, mestres de capoeira, luthiers de instrumentos tradicionais, cozinheiras de acarajé, bem como para minorias urbanas (...) O Ministério valorizou as iniciativas dos estratos menos favorecidos sem fazer o elogio ingênuo do isolamento, já que a pauta é justamente o acesso às estruturas e meios de expressar e circular (MANEVY, 2010, p. 107-108).

É a partir do programa e das ações da SID que conseguimos perceber também outro dos 10 mandamentos do MinC no governo Lula: a valorização das culturas tradicionais. Destacam-se ao longo dos anos do governo inúmeras ações que ajudaram a promover e fortalecer as culturas indígenas, passando pela cultura popular, chegando até mesmo no reconhecimento de patrimônios imateriais promovidos pelo IPHAN (com o reconhecimento da culinária baiana do acarajé, por exemplo).

Vejamos a cultura indígena, por exemplo, através das ações do MinC e da criação do Prêmio Culturas Indígenas em 2005:

Em duas edições realizadas (em 2006 e 2007), o Prêmio Culturas Indígenas contabiliza 184 prêmios, distribuídos entre comunidades e organizações indígenas do Brasil, e mantém um banco de dados com 939 projetos, ainda não premiados, que documentam ações voltadas para o fortalecimento cultural desses povos. Segundo Maurício Fonseca, coordenador do Prêmio, a edição 2007 atingiu mais comunidades e organizações superando os números da primeira edição, em 2006 (CIMI, 2008).

A valorização das culturas tradicionais também é perceptível quando olhamos em termos de recursos destinados pelo MinC através de sua Secretaria de Diversidade Cultural. Segundo dados do Ministério, entre 2005 e 2008 os povos indígenas

foram o segundo segmento sociocultural mais atendido pelos recursos financeiros do governo. Com um total de R\$3.678.000,00 investidos, o segmento de povos indígenas só ficou atrás dos recursos voltados às culturas populares. Estas, tiveram quase 50% dos recursos, com um total de R\$6.805.483,22 destinados. No total, as culturas tradicionais foram alvo de cerca de 76% dos recursos disponibilizados pelo ministério através de financiamento para segmentos socioculturais da sociedade brasileira (BRAZ et al., 2010).

A valorização das culturas tradicionais e da diversidade cultural brasileira podem ser percebidas como partes tanto da dimensão simbólica, quanto da cidadã, que o MinC considerava primordial para o desenvolvimento da cultura no país. Cabe então buscarmos entendermos agora a última e terceira dimensão que o MinC buscou levar a frente: a dimensão econômica. A economia de cultura foi algo que buscou ser levada muito à sério durante o governo Lula, nas palavras de Gil:

Um bem simbólico é um produto cultural, político e econômico - simultaneamente. Como envolve custos de criação, planejamento e produção, é, obviamente, uma fonte geradora de emprego e renda. Uma fonte de lucro para empresas e de captação de divisas para países exportadores de bens e serviços culturais. Ou seja: além de dar emprego em casa, a produção cultural pode trazer dinheiro de fora (...) Tudo isso apenas mostra a importância do que hoje se chama "economia da cultura", que, entrelaçando-se à "economia do lazer", é um dos setores mais dinâmicos da economia mundial. (GIL, 2003, p. 25-26)

A economia da cultura foi vista desde o início como um setor extremamente estratégico para o país. Para Manevy (2010), as políticas para a economia de cultura no governo Lula vinham sendo conduzidas em três frentes: na ativação e fomento das cadeias criativas e intelectuais; no estímulo de cadeias produtivas; e na ampliação do mercado consumidor. Neste campo da economia da cultura, podemos destacar brevemente a criação do PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura) em 2006.

O programa era estruturado em 4 eixos de ação: coleta e produção de informação; capacitação de empreendedores, cooperativas, empresas e técnicos de nível

médio; promoção de negócios; e formulação de produtos financeiros. Sendo que a economia de cultura, no âmbito do programa, abrangia "todos os setores que envolvessem criação artística ou intelectual, individual ou coletiva, assim como os produtos e serviços ligados à fruição e à difusão de cultura" (PORTA, 2008, p. 5). Ponto importante de se destacar é que o programa considerava a música como 1 dos 3 pólos mais dinâmicos da Economia da Cultura no Brasil.

Dentre as ações do programa, podemos destacar as parcerias com Bancos como o BNDES, que na era Lula criou, ineditamente, "um setor e um fundo específicos para a cultura, focado em áreas como animação, música e criação de salas de cinema" (MANEVY, 2010, p. 110); convênios com institutos de pesquisa como o IBGE, que como já vimos era uma frente do governo; e até mesmo convênios na área de cooperação internacional, para ações de reciprocidade e troca de experiências (PORTA, 2008).

Visto a importância da economia de cultura dada no governo Lula, outro ponto que foi foco de ação do governo foi quanto a legislação brasileira acerca da questão autoral. Em 2010, na análise de Manevy (2010), em relação aos direitos autorais, o Brasil tinha um déficit comercial, ou seja, o Brasil não recebia a riqueza econômica proporcional ao que o mundo consumia de nossa cultura. Isto demonstra que o país não conseguia usar da produção cultural brasileira para uma maior geração de riqueza a nível internacional. Novamente, retornando ao PRODEC:

A diversa e sofisticada produção cultural brasileira, para além de sua indiscutível relevância simbólica e social, deve ser entendida também como um dos grandes ativos econômicos do país, pelo seu potencial de gerar desenvolvimento qualificado. É preciso reconhecer esse potencial e fomentá-lo, pois isso significa a geração de riqueza e inclusão social, além de uma inserção qualificada no país no cenário internacional (PORTA, 2008, p. 7).

Por este e outros motivos o MinC, entre 14 de junho e 31 de agosto de 2010, através de um blog oficial, serviu como plataforma para a realização de uma Consulta Pública para a reforma da Lei de Direito Autoral brasileira. Ao longo da

Consulta Pública, o MinC participou de mais de 70 eventos que buscavam discutir a proposta apresentada. No fim, foram computadas 8.431 participações (KLANG, 2011). Embora não tenha prosseguido para a efetiva reforma da Lei de Direitos Autorais brasileira por entraves e jogos políticos no Congresso e Senado, a consulta pública foi um dos pontos mais marcantes promovidas pelo MinC durante o governo Lula para este tópico que mostrava-se muito necessário.

No entanto, a tentativa de reforma da Lei de Direitos Autorais brasileira não foi a única proposta feita pelo governo em prol do desenvolvimento e consolidação cada vez mais forte de uma economia da cultura no Brasil. O financiamento cultural no Brasil também passou por muitos debates e revisões, não alterando as fontes de financiamento de governos anteriores, mas buscando alterar e aprimorar as formas de acesso ao financiamento das políticas culturais. As fontes eram no total três: via incentivos fiscais, como os da Lei do Audiovisual e Rouanet; via fundos de investimento; ou via recursos orçamentários do Fundo Nacional de Cultura. "O governo, entretanto, propõe uma mudança nas leis de incentivos fiscais, o fortalecimento do FNC e uma ampliação dos recursos orçamentários, oriundos da arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais" (CALDAS et al., 2010, p. 90).

Todos esses pontos foram desenvolvidos e feitos na gestão Lula. A cultura e a ação do Ministério da Cultura foram parte central e fundamental dos mandatos do presidente. Olhando somente o orçamento destinado ao Ministério podemos ver a importância dada a ele. Em 2003, ainda sob o plano de Fernando Henrique, o orçamento era de R\$400 milhões, enquanto que o orçamento em 2010 foi para a casa dos R\$2,2 bilhões. Sendo que:

Mais que o aumento, a vinculação orçamentária prevista na PEC 150 – mínimos de 2% do orçamento nacional; 1,5% dos orçamentos estaduais e 1% dos orçamentos municipais para a cultura – parece ser um substrato fundamental para a superação da tradição de instabilidades, porque inscreve na Constituição um recurso permanente e persistente para o campo cultural (RUBIM, 2010, p.18).

Por fim, talvez o que sintetize de forma mais concreta o papel que o governo Lula teve na ressignificação da ação do Estado brasileiro para nossa cultura foi a construção do Plano Nacional de Cultura. Foi um longo processo que durou grande parte dos dois mandatos do Presidente Lula, sendo aprovado somente em dezembro de 2010. "Nele distribuem-se 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações com vigência decenal. A execução do PNC é acompanhada a partir de 53 metas" (CALABRE, 2014, p. 149). Foi a contribuição final da era Lula após 8 anos de inúmeras ações, projetos, programas, contribuições e também desafios para o desenvolvimento da cultura brasileira no âmbito nacional. Elas, a partir do PNC, tornavam-se políticas e um **plano de Estado** a ser seguido, sendo fiscalizado pelo Conselho Nacional de Política Cultural e Colegiados Setoriais, contando novamente com um importante papel empoderado à sociedade civil através de ambos os órgãos.

3. A diplomacia cultural, ações do MRE e do MinC

Bom, toda essa ação interna para a cultura e desenvolvimento acabou por se refletir também nas ações externas do governo. A diplomacia cultural do governo Lula foi uma das principais, se não a principal, de nossa história. Novamente, o papel do MinC foi muito relevante e sua parceria com o MRE acabou por levar a cultura brasileira para diversos cantos do mundo, através de inúmeros eventos e ações. Ambas as instituições contavam com órgãos internos que, vistos de fora, poderiam muito bem ser atribuídas ao demais Ministério. A parceria entre tais instituições para o projeto do governo Lula pode ser vista no discurso de posse de Gilberto Gil:

E não por acaso me referi, antes, ao plano internacional. Tenho para mim que a política cultural deve permear todo o Governo, como uma espécie de argamassa de nosso novo projeto nacional (...) Mas nem todos se lembram logo de uma parceria lógica e natural, no contexto que estamos vivendo e em função do projeto que temos em mãos: a parceria com o Ministério das Relações Exteriores. Se há duas coisas que hoje atraem irresistivelmente a atenção, a inteligência e a sensibilidade internacionais para o Brasil, uma é a Amazônia, com a

sua biodiversidade - e a outra é a cultura brasileira, com a sua semiodiversidade. O Brasil aparece aqui, com as suas diásporas e as suas misturas, como um emissor de mensagens novas, no contexto da globalização (GIL, 2003, p. 14).

Desde o início do governo Lula, a cultura já estava, portanto, nos planos da política externa brasileira. A parceria entre o MinC e o MRE para o avanço da diplomacia cultural brasileira foi estabelecida e "o protagonismo do Ministério da Cultura firmou-se e tornou-se indissociável da diplomacia cultural do Ministério das Relações Exteriores" (LESSA et al., 2011, p 95). O ápice da coordenação e da parceria entre os ministérios no período ficou muito explícita quando o tema a ser tratado era a diversidade cultural. Assim como ela era uma pauta extremamente importante internamente, o tema foi certamente levado para fora. A partir de uma análise dos atos bilaterais de cooperação cultural do governo Lula, Finzetto (2017) chegou à conclusão que o assunto mais abordado nos atos era a diversidade, mais do que o dobro do segundo lugar na lista de temas tratados.

Da mesma forma, foi o tema de diversidade que uniu os dois Ministérios em uma de suas maiores ações conjuntas no governo Lula, ao trabalharem para representar os interesses do Brasil e analisar as demandas de dezenas de outros países na Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Este documento, do qual o Brasil foi peça importante em sua formulação, visava legitimar e orientar os países na elaboração e implementação de políticas culturais próprias, fundamentais para a promoção e proteção da diversidade cultural. A Convenção entrou efetivamente em vigor a partir de 2007, após ser ratificada por mais de 50 países, entre eles o Brasil (KAUARK, 2010).

Nesta Convenção, o trabalho conjunto dos Ministérios foi extremamente necessário, afinal de contas era primordial "a convergência de ideias e a necessidade de uma atuação institucional de peso para a negociação de um tratado internacional acerca de tema sensível ao Brasil" (FINZETTO, 2017,

p.94). Devido a isto, foi criado um Grupo de Trabalho com membros das duas pastas, que tinha como finalidade analisar as demandas, propostas e documentos relativos à Convenção para definir a posição brasileira a respeito do que seria tratado em cada uma das reuniões (KAUARK, 2010).

A articulação brasileira na convenção foi uma das mais significativas, o Brasil talvez tenha sido o país mais veemente a advogar suas posições em linha com o que defendiam para a política nacional no âmbito cultural. Dupin, integrante da banca de especialistas do Grupo de Trabalho, destaca:

Quando o Brasil manda em sua delegação técnicos do MinC, percebe-se um diferencial do Brasil. A maioria das delegações que participam dessas negociações, dessas reuniões e do Comitê, são compostas por diplomatas que estão acostumados a se relacionar com a UNESCO, mas que não estão na ponta, trabalhando a cultura, não sabem quais são os problemas dessa área. O Brasil manda em sua delegação gestores culturais, e o discurso é totalmente outro. Cada fala do Brasil está baseada em uma gama de políticas que dão uma sustentação, um peso da experiência, a fala do Brasil é madura, de quem já está aplicando a convenção. E isso desde o início, desde antes da aprovação, porque com a gestão Gil, o MinC passou a trabalhar com a visão ampla da cultura. [...] A fala do Brasil é muito respeitada (DUPIN, 2009 apud KAUARK, 2010, p. 246).

Cabe dizer que, dentre a delegação brasileira que acompanhava a Convenção, contava-se com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil. O peso político e de influência do Brasil na convenção estava respaldado não só no grande trabalho de análise exercido pelo Grupo de Trabalho conjunto dos Ministérios, mas também pela presença do ministro. O próprio Gil tece comentários sobre a influência que sua participação deu à delegação brasileira na convenção: "sem dúvida o ministro-artista tinha um papel incrível nessa história toda, hoje tenho distanciamento suficiente pra dizer isso com a maior isenção" (GIL, 2009 apud KAUARK. 2010, p. 249).

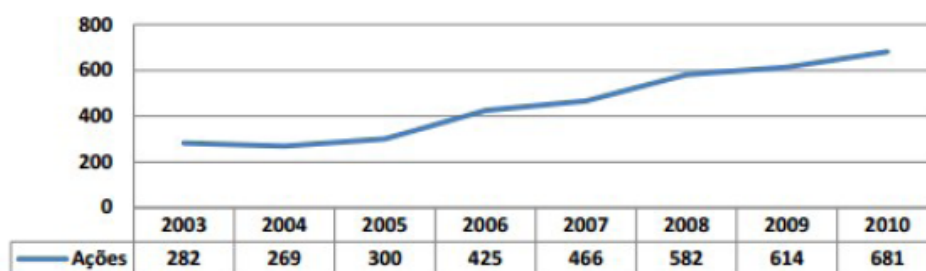
A articulação do MinC e do MRE na Convenção representou uma das maiores vitórias do Governo Lula no campo da diplomacia multilateral referente ao campo

da cultura. No entanto, as ações dos Ministérios na Convenção representam somente uma mísera parte das inúmeras atividades, secretarias, departamentos, eventos e ações que lidaram com o tema de cultura no campo da política externa brasileira. Ambos os Ministérios contribuíram para elevar a diplomacia cultural brasileira a um patamar até antes nunca visto.

Através do brilhante trabalho de mapeamento da diplomacia cultural no governo Lula realizado por Bruno do Vale Novais (2013), é possível perceber um aumento significativo das ações de diplomacia cultural entre os anos de 2003 e 2010 realizadas por três atores governamentais: o MinC; o MRE; e a novidade até aqui, o Ministério da Educação, que também desempenhou importante papel na diplomacia cultural brasileira nas ações que visavam promover a língua portuguesa, o que pode ser observado no Gráfico 1.

Ainda de acordo com dados levantados por Novais (2013), todas as ações puderam ser divididas entre multilaterais ou bilaterais, tendo representatividade de 36% e 64% do total, respectivamente. A partir de sua pesquisa, ele consegue apontar também mais alguns avanços da diplomacia cultural brasileira no período, sendo eles: 1) a diversidade de atores responsáveis pela expansão da DC, contando por exemplo, somente dentro do MRE, com 6 Divisões do Departamento Cultural do Ministério; 2) a diversidade de espaços de atuação bilaterais, regionais e multilaterais; 3) a diversidade de áreas de atuação, tendo sido catalogados 28 áreas trabalhadas, dentre elas, a música.

Gráfico 1 - Evolução da quantidade de ações pertinentes à diplomacia cultural brasileira no governo Lula.



Fonte: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2013; MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013 apud NOVAIS, 2013, p. 196.

Quanto ao MRE, o órgão responsável pela promoção e expansão da cultura brasileira em nossa política externa era o Departamento Cultural, pertencente à Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, subordinada à outra secretaria diretamente vinculada ao Ministério. A função primordial deste órgão era a divulgação da cultura brasileira no exterior. Em termos estruturais, dentro do Departamento Cultural havia seis divisões, sendo elas as seguintes: 1) Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC); 2) Divisão de Temas Educacionais (DCE); 3) Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP); 4) Divisão de Assuntos e Acordos Multilaterais (DAMC); 5) Coordenação de Divulgação (DIVULG); 6) Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV).

Ao analisarmos a distribuição dos cerca de 2.173 projetos realizados pelas divisões do Departamento Cultural do MRE (NOVAIS, 2015), podemos destacar as três principais divisões. A DPLP foi a Divisão com mais projetos realizados, representando 39% do total, o que mostra um grande comprometimento pelo Ministério de difundir o idioma português falado no Brasil e a língua de nossa cultura no exterior. A DCE, terceira na lista, também contribui com 19%, mesmo que indiretamente, para o mesmo propósito. No entanto, após o foco das ações da Divisão de Cultura em promover a língua portuguesa, a Divisão de Operações de Difusão Cultural era a segunda maior frente da diplomacia cultural brasileira, totalizando 21% dos projetos. Esta assumiu papel central na propagação da cultura brasileira no exterior, incumbida de levar para fora o gingado brasileiro nas mais diversas áreas como: arquitetura; artes cênicas; artes plásticas; dança; capoeira; fotografia; literatura; teatro; gastronomia; música; enfim, tudo que não fosse abrangido pelas outras Divisões.

Com exceção da propagação e do ensino da língua portuguesa, de incumbência da DPLP, e das ações de promoção do audiovisual, de competência da DAV, cabe à DODC a difusão da cultura brasileira no exterior em sua pluralidade de manifestações culturais e artísticas. Para isso, adotou-se, no governo do Presidente Lula, o Programa de Difusão Cultural, o qual prevê o planejamento e aprovação da programação cultural dos postos brasileiros no exterior. Ademais, a DODC é responsável pela negociação, assinatura e implementação dos atos bilaterais de cooperação cultural assinados pelo Brasil, os

quais multiplicaram-se no período 2003-2010. (FINZETTO, 2017, p.61)

O Programa de Difusão Cultural previa a elaboração de uma programação anual pelas unidades brasileiras no exterior, que após análise e aprovação pela DODC recebiam a autorização e os recursos necessários para levarem a frente a programação (FINZETTO, 2017). Embora fosse uma frente direta do MRE, os Programas eram coordenados em parceria com o Ministério da Cultura. Dentre alguns dos projetos articulados pela DODC em parceria com o MinC temos, por exemplo, o Ano do Brasil na França e o Ano da França no Brasil, que irão ser tratados mais à frente neste artigo.

Quando olhamos áreas contempladas pelo trabalho da DODC, catalogadas por Bruno Novais (2013), é mostrado que a música brasileira representava cerca de 8% do total de ações da Divisão. Da mesma forma, áreas culturais trabalhadas pelas Representações Brasileiras no Exterior viam a Música ocupar o 4º lugar no ranking, totalizando 170 atividades, ficando atrás somente de ações de Educação, Espaços Culturais, Editoração e Literatura.

Já a partir da catalogação de Finzetto (2017), é possível achar dados importantes de como os Programas de Difusão Cultural promovidos pela DODC foram realizados entre 2006 e 2010, no segundo mandato do governo Lula. Segundo seu levantamento, a Música Popular e a Música Clássica eram, respectivamente, os segmentos com mais propostas apresentadas, totalizando juntas 599 propostas. Já quando paramos para olhar para as propostas de fato aprovadas, a Música Popular ocupou o primeiro lugar da lista com 220 propostas, enquanto que a Música Clássica ocupou o quarto lugar. Ademais, outro levantamento que mostra o quanto a Música ocupou espaço importante nas ações da Divisão foi o de que: a Música Popular e a Música Clássica ocuparam o primeiro e segundo lugar da lista de segmentos culturais quando olhamos para o total de passagens aéreas concedidas para a realização dos projetos, totalizando 946 passagens concedidas somente no segundo mandato da Era Lula.

Já ao ser analisado os Atos Bilaterais de Cooperação Cultural, outra frente de incumbência da DODC, a Música também ocupou importante papel dentre os conteúdos dos Atos. Desta vez, com um mapeamento feito desde o início do

governo Lula até o seu final, Finzetto (2017) fez o levantamento de que este segmento da cultura brasileira foi o terceiro conteúdo mais tratado nos acordos bilaterais culturais do Brasil.

Embora importantíssimo para a exportação e divulgação da cultura brasileira no exterior, sabemos que este não foi um trabalho exclusivo do Ministério de Relações Exteriores, de seu Departamento de Cultura ou de sua Divisão de Operações de Difusão Cultural. Não, a diplomacia cultural pulsante do governo Lula angariou diversos atores e o maior representante junto ao Ministério das Relações Exteriores foi o Ministério da Cultura.

Através da liderança de Gilberto Gil nos anos iniciais da Era Lula, o MinC começou a atuar de forma mais direta na diplomacia cultural brasileira. Já em 2003, por exemplo, foi instituída a Assessoria internacional do MinC, que inaugurou uma formulação conjunta de ações culturais internacionais entre os ministérios. Em 2006 foi fundado o Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo (CCBM), tendo como propósito a realização de relevantes atividades de diplomacia cultural brasileira. Tendo em 2008 sido implantada uma Diretoria de Relações Internacionais (DRI), vinculada à Secretaria Executiva do MinC, que substituiu a estrutura do CCBM (BARROS, 2019). Todos estes pontos contribuíram para o avanço da diplomacia cultural brasileira realizada pelo MinC no período. Ademais:

A inauguração do setor internacional dentro do MinC refletiu a importância que a difusão internacional da cultura brasileira adquiriu no Governo Lula. Além do DRI, responsável pela coordenação de projetos de diplomacia cultural, o MinC atuou na promoção da cultura brasileira através de secretarias e autarquias no período 2003-2010. (GOMES, 2015, p.460)

As secretarias do MinC que contribuíram para esta frente foram as seguintes: 1) Secretaria do Audiovisual (SAV); 2) Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID); 3) Secretaria de Políticas Culturais (SPC); 4) Agência Nacional do Cinema (Ancine); 5) Fundação Biblioteca Nacional (FBN); 6) Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB); 7) Fundação Cultural Palmares (FCP); 8) Fundação Nacional

das Artes (Funarte); 9) Instituto Brasileiro de Museus (Ibram); 10) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). As ações do MinC no período voltaram-se principalmente para a América do Sul e a Europa, totalizando juntos 82% das ações de diplomacia cultural promovidas pelo Ministério (NOVAIS, 2013).

No entanto, ao invés de somente reforçar áreas e segmentos já levadas mais a frente pelo MRE e o Departamento Cultural, havia uma diferença entre a diplomacia cultural que era trabalhada pelo MRE e a que era desenvolvida pelo MinC, embora fossem complementares.

Hoje, o Governo Federal conta com duas estruturas de atuação externa na área da cultura. O MRE, por meio do Departamento Cultural (DC), concentra suas atenções nas atividades de promoção e difusão da cultura brasileira, a partir de uma subordinação destas atividades aos interesses e objetivos das relações políticas e diplomáticas do Brasil. O MINC, por sua vez, tem como foco a valorização da cultura brasileira e a intensificação das atividades de intercâmbio e cooperação com outros países, sob a ótica da diversidade cultural, da inclusão social e do fortalecimento da economia da cultura. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009 apud NOVAIS, 2013, p.134)

Foi nesta perspectiva de intercâmbio e cooperação com outros países que o MinC adotou e fortaleceu relações culturais importantes com atores da comunidade internacional. Como Brizuela e Novais (2010) apontam, o MinC manteve relações diretas com importantes organismos mundiais do eixo sul-sul como o Mercosul; a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); a ASA (Cúpula América do Sul-África); IBAS (Mecanismo Índia-Brasil-África do Sul); ASPA (Cúpula América do Sul-Países Árabes); e os BRICS. Em todos eles, o Brasil possuía um espaço central de articulação através do MinC.

Em suma, a diplomacia cultural brasileira floresceu e adquiriu enorme relevância a partir do governo Lula frente ao grande envolvimento de diversos setores na propagação da cultura brasileira no exterior; pela estrutura extremamente interministerial adotada; pelo número de ações desenvolvidas no exterior; e pela diversidade das áreas de atuação da diplomacia cultural brasileira.

4. O Ano do Brasil na França

Dentre os principais acontecimentos e ações externas, é consenso de que o principal acontecimento, a nível de tamanho e resultados significativos da diplomacia cultural brasileira durante a gestão Lula, foi o Ano do Brasil na França, ocorrido em 2005:

Brésil, Brésils ou o Ano do Brasil na França foi um ciclo de eventos organizado conjuntamente pelos Governos brasileiro e francês, entre março e dezembro de 2005, no âmbito do programa de temporadas culturais estrangeiras, desenvolvido pelo Governo francês desde 1985. Reuniu 333 projetos que se desdobraram em mais de 2.500 manifestações culturais brasileiras inscritas na programação oficial e outras tantas organizadas de maneira espontânea por administrações regionais, prefeituras e associações culturais. O ciclo teve impacto ampliado por uma notável repercussão na imprensa e foi saudado pelo Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, como a maior iniciativa de difusão cultural jamais organizada pelo Brasil num país estrangeiro, capaz de atrair público de 15 milhões de pessoas. (AMARAL, 2008, p.11)

É importante pontuar, no entanto, que o Ano do Brasil na França não foi uma iniciativa que surgiu do zero a partir do governo Lula, embora ele e Gil que tenham levado o evento à frente e o programado mais perto de sua realização. Não, o Brasil e a França já sinalizavam uma vontade de aproximação política e de cooperação desde o fim do século XX:

Desde 1995, os governos brasileiro e francês vêm buscando estabelecer uma cooperação política mais sólida, que foi se concretizando com visitas periódicas dos seus chefes de Estado, chanceleres e ministros ao país parceiro. O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso foi à França em maio de 1996; o presidente francês Jacques Chirac retribuiu a visita em março de 1997;

os dois se reencontraram em novembro de 1997 (...) e em junho de 1999 (...); o presidente Cardoso voltou à França em outubro de 2001 e sua política foi mantida pelo presidente Lula, que foi a Paris em janeiro de 2003; os presidentes Lula e Chirac se reencontraram na 58ª e 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro de 2003 e 2004, e na Cúpula de Guadalajara em maio de 2004. (FIGUEIREDO, 2010, p.18)

É devido a esta aproximação entre os dois países que o MRE do Brasil, em 2000, solicitou a realização de uma temporada cultural do Brasil na França, sendo aceita pelo governo francês e devidamente oficializado o convite ao Brasil no ano de 2001. Desde então, um comissariado brasileiro para a realização do evento foi instituído, sendo composto em sua versão final pelos: embaixador Edgard Telles Ribeiro, chefe do Departamento Cultural do MRE; Marcio Augusto Freitas, Secretário de Articulação Institucional do MinC; e André Midani, designado por Gilberto Gil, renomado produtor musical brasileiro (FINZETTO, 2017). A designação de Midani já é um dos primeiros indícios do papel que a música brasileira iria tomar no evento.

Mas por que o Brasil fez esta solicitação ao governo francês? Esta solicitação que foi feita antes bem antes da eleição de Lula, que como vimos foi um governo que ressignificou muito o papel da cultura tanto nas políticas internas quanto externas do Brasil, pode ser melhor compreendida quando paramos para analisar a história francesa com o conceito da diplomacia cultural. Afinal de contas, a França é historicamente, no cenário internacional, referência no uso da diplomacia cultural. "Diante da primazia da exploração cultural francesa, o Brasil ainda pode ser considerado espectador dos bons resultados colhidos pela França, que trabalha de forma maciça em sua difusão cultural" (FIGUEIREDO, 2010, p.17).

Não cabe aqui aprofundarmos na rica história que a França possui no campo do uso da cultura como instrumento de política externa, que podem ser remontadas à Renascença (AMARAL, 2008). Porém, após a segunda guerra, destacam-se duas políticas externas referentes à cultura: em um primeiro momento uma grande política de difusão da língua francesa; e em um segundo momento, a partir das décadas de 80 e 90, políticas voltadas muito mais para o diálogo de culturas. É a partir deste segundo momento que em 1985, com o Ano da Índia, temporadas

culturais passaram a ser realizadas na França quase que anualmente, buscando promover o diálogo cultural entre a França e o país expositor.

As noções de diálogo e cooperação foram progressivamente se impondo sobre as de difusão. Ao mesmo tempo, a preservação da diversidade cultural transformou-se em objetivo maior da diplomacia cultural francesa. Esse apoio à diversidade cultural implica, ao mesmo tempo, a possibilidade de se fazer entender fora de casa, de acolher todas as culturas em toda sua diversidade e de resistir à força avassaladora das indústrias culturais norte-americanas. Consolidou-se a visão de que a abertura a outras culturas favorece a preservação da própria (AMARAL, 2008, p.28).

As temporadas culturais eram levadas muito a sério pelo Estado francês e eram vistas, efetivamente, como políticas de Estado. A organização de uma temporada cultural resultava sempre de uma decisão de mais alto nível. Fica então explicada a solicitação do Brasil para realizar uma dessas temporadas em solo francês. Frente a aproximação que ambos os Estados buscavam a partir do meio da década de 90, a cultura, mesmo que ainda não fosse um fator tão determinístico na política externa brasileira, era fundamental para tal. Afinal, do outro lado do Atlântico, o diálogo cultural passava a representar uma das formas mais eficazes de política externa para o Estado francês. É fruto desta necessidade que o Ano do Brasil na França foi concebido oficialmente em 2001.

A partir da chegada de Lula no poder, com toda a mudança das políticas culturais que o Brasil desempenhou em seus mandatos e o trabalho exemplar do Ministério da Cultura com Gilberto Gil à sua frente, o Ano do Brasil na França se tornou uma oportunidade sem igual na história da diplomacia cultural brasileira. Foi um acontecimento de grandes proporções, sendo a primeira grande oportunidade de Gil levar a frente um objetivo que traçou em seu discurso de posse:

Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, temos de pensar, modelar e inserir a imagem do Brasil no mundo. Temos de nos posicionar estrategicamente no campo magnético do Governo Lula, com a sua ênfase na afirmação soberana do Brasil no cenário

internacional. E sobretudo temos de saber que recado o Brasil - enquanto exemplo de convivência de opostos e de paciência com o diferente - deve dar ao mundo, num momento em que discursos ferozes e estandartes bélicos se ouriçam planetariamente (...) Sim: o Brasil tem lições a dar, no campo da paz e em outros, com as suas disposições permanentemente sincréticas e transculturativas. E não vamos abrir mão disso. (GIL, 2003, p. 14)

Era a hora de mostrar ao mundo, por hora à França, o que a cultura brasileira poderia oferecer e pintar imagem do Brasil enquanto um país atual, altivo e de grande magnitude. Bem, o Ano do Brasil na França foi norteado desta forma pela promoção da diversidade cultural brasileira. Assim como internamente a diversidade era ponto fundamental para a construção de nossa nação, externamente a diversidade era o ponto central para pintar a imagem que o Brasil buscava passar durante o governo Lula. O evento em si foi dividido em três fases: “Raízes do Brasil”, “A Verdade Tropical” e “Galáxias”.

A primeira focou nas nossas raízes, homenageando o historiador Sérgio Buarque de Holanda e sua obra "Raízes do Brasil" publicada em 1936, que apresenta uma grande interpretação do processo de formação do Brasil, destacando dentro dele as influências africanas e indígenas. "Raízes no Brasil" foi a fase que abriu o Ano do Brasil na França e durante esta fase podem-se ser destacados 3 eventos: 1) a exposição *Brésil, Héritage Africain*; 2) a mostra *Le Brésil Indien*; 3) exposições e concertos que exploraram a diversidade da Música Popular Brasileira na *Cité de la Musique* (FIGUEIREDO, 2010).

Gostaria aqui de dar maior destaque a este último evento. Foi uma exposição esboçada por cerca de três anos pela curadora Dominique Dreyfus que buscava retratar a história do Brasil, desconstruindo clichês e estereótipos. A exposição cumpria seu papel através da demonstração da evolução da Música Popular Brasileira, representante das diversas etnias, povos e populações que construíram o Brasil. A exposição recebeu, durante os três meses em que ficou aberta, 12.312 visitantes. A partir da análise de fontes de mídias francesas sobre a exposição, Clarice Menezes (2015) percebe que:

A história da música e de sua relação com a vida social e política do Brasil passava a fazer parte das discussões cotidianas dos franceses, possibilitando a compreensão, também, dos fatos marcantes da história do país (...) A exposição pensada em La Villette trazia ao conhecimento do público o contexto no qual cada onda musical no Brasil tinha se desenvolvido e, os meios de comunicação de massa facilitavam a compreensão dos elementos de debate ao difundir as notícias sobre o evento e demonstrar acuidade em tratar da música enquanto elemento de contestação ou de representação de um determinado momento político. (MENEZES, 2015, p.202)

Este foi só o início do papel fundamental que a música brasileira desempenhou no Ano do Brasil na França. A segunda fase deste, "A Verdade Tropical", que teve como inspiração o livro homônimo do cantor brasileiro Caetano Veloso, teve justamente a música brasileira como destaque. Ao ocorrer no verão francês, enfatizava a diversidade de manifestações culturais brasileiras, principalmente as manifestações de rua.

Samba Parade foi um desses eventos que ocorreu em cinco regiões diferentes da França (...) e apresentou, além de mil músicos e dançarinos, exposições, oficinas, atividades esportivas, cursos para iniciação na gastronomia e cursos de percussão brasileira (...) Em Cannes, no mês de julho, houve desfiles dos melhores trios elétricos de Salvador, Rio de Janeiro e Recife, que reuniram milhares de pessoas que tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais do carnaval de rua do Brasil. (FIGUEIREDO, 2010, p. 23)

Foi durante a Verdade Tropical que a música brasileira alcançou seu ápice de representação no Ano do Brasil na França. No dia 13 de julho de 2005, na véspera do feriado do Dia da Bastilha, ocorreu o Show Viva Brasil. De entrada gratuita e em plena Praça da Bastilha, diversos músicos de peso do cenário nacional realizaram um set de cerca de 1 hora e meia de apresentação. Alguns dos artistas que participaram foram: Jorge Ben Jor, Daniela Mercury, Lenine, Seu Jorge, e claro, Gilberto Gil. A escolha dos artistas ficou sob a responsabilidade do Comissariado Brasileiro, tendo André Midani à sua frente, que deu oportunidade a

artistas menos conhecidos até então de terem a primeira apresentação internacional de suas carreiras. Além disso, a diversidade dos artistas e intérpretes também foi levada em conta.

Mas para além da participação no Show Viva Brasil, os artistas que se apresentaram realizaram uma agenda de shows pela França contribuindo com a agenda do Ano do Brasil na França, indo para além da região parisiense (MENEZES, 2015). Localidades interessadas recebiam o apoio dos governos e conseguiam assim até mesmo desenvolver seus próprios projetos, convidando demais artistas que ao se juntarem às festividades e apresentações contribuíram ainda mais para a difusão da música brasileira e a apresentação de suas diversas manifestações para o público francês.

Dos casos, talvez o mais simbólico seja exatamente o do próprio Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que, enquanto Ministro, durante as festividades, não podia receber cachê por seus concertos e fez várias apresentações gratuitas em diversas regiões da França no intuito de promover a música brasileira como veículo legítimo da mestiçagem: para Gil, a música brasileira tem o papel de evidenciar a mestiçagem cultural do país (...) Ao ler as declarações de Gilberto Gil, durante o seu período à frente do Ministério da Cultura, constata-se o seu empenho em demonstrar como a música brasileira se apresenta como um veículo de comunicação multicultural e de diplomacia “em busca da paz”. Assim, as apresentações nas demais regiões francesas, no caso do Ministro, assumiam, também, um papel importante para a política externa brasileira em sua busca por projeção internacional. Gil fazia turnês em outros países da Europa, passava pela França, onde acompanhava o andamento da temporada brasileira, dava entrevistas e participava das manifestações artísticas. (MENEZES, 2015, p. 217)

O Viva Brasil foi a concretização de tudo o que a música brasileira buscou levar e representar no Ano do Brasil na França: a diversidade cultural brasileira; a diversidade racial; a multiculturalidade brasileira; e as identidades múltiplas que representam o Brasil. Mesmo antes do lançamento oficial da temporada do Brasil na França, os meios de comunicação franceses trataram este show como o evento imperdível da agenda musical da temporada. Pode-se argumentar que foi o evento

imperdível da temporada brasileira devido à todos que participaram, além dos artistas, o presidente Lula e o prefeito de Paris também subiram ao palco. A cereja do bolo foi que todos os participantes do show cantaram ao final “La Marseillaise” com um ritmo bem abasileirado para mais de 100 mil espectadores em plena praça da Bastilha, um símbolo de como foi o evento do Ano do Brasil na França e sua importância para as relações entre os países (MENEZES, 2015).

Já a última fase da temporada brasileira, Galáxias, colocou em cena um Brasil contemporâneo com espetáculos de dança e artes plásticas com ênfase nos jovens talentos, além de eventos promocionais que demonstravam a inovação tecnológica e industrial do país. "A temática central dessa terceira fase foi a explosão de desenvolvimento no Brasil nos últimos anos [...] Esse 'boom' foi ilustrado em cenas de danças contemporâneas, teatros e artes visuais" (FIGUEIREDO, 2010, p.23). Embora seja uma fase na qual a música brasileira não teve nenhuma participação central, cabe destacar que as danças brasileiras também levam em suas apresentações narrativas da música brasileira. Afinal de contas, sem música, dificilmente há dança.

Ao falarmos de números totais, Menezes (2015) consegue realizar uma pesquisa intensa e muito rica quanto ao Ano do Brasil na França no qual ela coleta alguns dados pertinentes. Com relação ao número de projetos executados: o cinema foi o maior tipo de evento executado, tendo 429 sessões exibidas; seguido por eventos literários e eventos musicais, que tiveram cerca de 60 eventos cancelados cada; por fim, grandes eventos e exposições de arte contemporânea tiveram cerca de 40 eventos cada. Dentro dos grandes eventos também são incluídos grandes shows e apresentações musicais como o Show Viva Brasil.

No entanto, ao levantar o alcance de tais eventos, o cinema representava a expressão artística que atingiu a menor média de público durante o evento. Já Grandes Eventos tiveram cerca de 7 milhões de pessoas presentes e eventos musicais cerca de 500 mil espectadores. A nível de alcance geográfico e a distribuição dos eventos pelas cidades francesas temos o seguinte: apresentações de dança ocuparam o primeiro lugar ao estarem presentes em 86 cidades; cinema teve um alcance em 79 cidades; e a música através de seus eventos ocupou a terceira colocação ao estar presente em um total de 67 cidades francesas (MENEZES, 2015). Novamente, podemos considerar a dificuldade de termos as

danças dissociadas da música. Neste sentido, a música, direta e indiretamente, conseguiu estar presente em mais espaços do que qualquer outro tipo de manifestação cultural.

Ademais, em uma pesquisa de opinião pública realizada em Paris na segunda metade do ano de 2005 (SCIENCE PO, 2005 apud AMARAL, 2008) foram revelados os eventos do Ano do Brasil na França que foram espontaneamente mais citados pelos entrevistados. Com 13% cada, Shows (sem precisão ao certo quanto a que tipo) e Exposições fotográficas empataram em 1º lugar. Curiosamente, "Show de Gilberto Gil" ficou em 3º lugar com 9%. Já em outros eventos que, direta ou indiretamente, podemos relacionar a música, tivemos a menção da Dança e da Cité de la Musique com 5% cada.

Em suma, o Ano do Brasil na França foi o mais grandioso projeto da diplomacia cultural do governo Lula. Já a música no evento: foi um dos tipos de manifestação cultural com maior alcance geográfico e até certo ponto de público; esteve presente em todas as fases da temporada brasileira na França; e foi a arte que representou o Brasil no evento mais esperado do Ano do Brasil na França, o Show Viva Brasil.

Em termos de repercussão, o Ano do Brasil na França foi sem dúvida um sucesso da gestão Lula, principalmente na mídia francesa. 15 mil artigos impressos sobre o evento foram publicados, 35 revistas de edições especiais com cerca de 8,1 milhão de exemplares foram distribuídas e 82 programas de TV noticiaram os eventos, bem como 66 programas de rádio, de acordo com levantamento feito por Ruy Amaral (2008).

O investimento brasileiro no evento ficou na casa dos 58 milhões de reais. Alguns de seus resultados foram: um retorno de cerca de 300 milhões de reais através de vendas de produtos nos grandes centros franceses; um incremento de 55 milhões de dólares no ano seguinte só na receita turística, decorrente de um aumento de 27% no turismo da França para o Brasil; a quintuplicação de publicações na França, sem subsídio oficial, de livros de autores brasileiros ou sobre o Brasil; e a duplicação do número de alunos inscritos em cursos de português e em teses de pós sobre o Brasil (AMARAL, 2008).

Além disso, na esfera internacional, sem dúvida a aproximação dos governos na confecção da temporada brasileira na França fez com que os países dialogassem muito na Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. A França, junto ao Brasil, foi um dos principais articuladores que fez com que a Convenção fosse aprovada do jeito que foi.

Em fatores comerciais, tanto as exportações quanto as importações cresceram entre os países. Antes da crise de 2008, que causou impactos negativos nas tendências que começavam a ocorrer na relação comercial dos países após o Ano do Brasil na França, a balança comercial brasileira com a França saiu de 200 milhões de dólares negativos para pouco mais de 52 milhões de dólares negativos em 2007. Em 2005 houve um aumento das exportações brasileiras para a França de 14,28%, bem como das importações francesas, que cresceram 17,39%. Em 2006 o crescimento continuou tanto nas exportações quanto nas importações, 6,1% e 5,07%, respectivamente. Em 2007 o cenário se repetiu, dessa vez aumentando 30,07% nas exportações e 24,20% nas importações com a França. O impacto mais imediato do Ano do Brasil na França fez com que tanto as exportações quanto as importações com a França crescessem nos 2 anos seguintes. Junto à balança comercial do fim de 2007, tudo isto mostra que os produtos brasileiro ganharam muito mais espaço no mercado francês do que o contrário (FIGUEIREDO, 2010).

Ademais, devido ao sucesso da empreitada inúmeros eventos parecidos e pensados em moldes similares foram cogitados e até mesmo feitos, sempre com participação do MinC e da cultura brasileira. Como por exemplo a Copa da Cultura em 2006 na Alemanha e o Ano do Intercâmbio Brasil-Japão em 2008, em comemoração aos 100 anos da imigração japonesa no Brasil. Além disso, foi o pontapé de uma relação que mantemos com a França no período e que resultou num evento recíproco em 2009 no Brasil. O Ano da França no Brasil, que aproximou ainda mais os países.

Essa foi a importância do Ano do Brasil na França para a diplomacia cultural do governo Lula e os esforços empreendidos conjuntamente entre MRE e MinC, com Gilberto Gil à frente na maioria dos momentos. Se há um evento que representa o papel central que a cultura brasileira assumiu em nossa política externa é o Ano do Brasil na França. Inúmeros artistas se apresentaram e os mais diversos

trabalhos foram expostos, mas um dos momentos mais marcantes foi proporcionado pela junção do ritmo brasileiro à música francesa em plena praça da Bastilha.

5. Conclusão

A cultura no governo Lula foi incentivada e incorporada no projeto nacional de uma maneira que nunca havia sido visto no Estado brasileiro. A participação do Estado na fomentação da cultura, na promoção da diversidade brasileira, na valorização de culturas de povos tradicionais e de grupos marginalizados, bem como a verba destinada e a luta pela concretização de políticas culturais de Estado fizeram com que tristes tradições brasileiras começassem a ser quebradas. A cultura passou a ser parte da concepção estratégica do desenvolvimento nacional e o MinC ocupou papel central nos mandatos do presidente. Na figura de Gil, tivemos até então um dos mais emblemáticos e participativos Ministros da Cultura que o Brasil já viu, que em suas falas e práticas se alinhava muito ao que buscou ser feito com a cultura brasileira no período.

A política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País, como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos (GIL, 2003, p. 13).

Sendo ponto central desde sua campanha, a cultura foi trabalhada diretamente em três dimensões fundamentais pelo Ministério da Cultura, a simbólica, a cidadã e a econômica. O papel do MinC não ficou voltado só para ações internas, e junto ao MRE e a uma ação interministerial forte, a cultura brasileira virou fundamental para a inserção e posicionamento brasileiro internacionalmente.

Internacionalmente, destacam-se no período: a participação do Estado brasileiro na Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das

Expressões Culturais; o trabalho do MRE que concentrou atividades de promoção e difusão de nossa cultura a partir da Divisão Cultural do Ministério; o trabalho do MinC focado na valorização da cultura brasileira, da diversidade e da construção da imagem do Brasil no exterior através de sua assessoria internacional e suas secretarias.

As ações da diplomacia cultural brasileira de ambos os Ministérios se complementaram e desenvolveram inúmeras atividades, eventos e projetos que disseminaram a cultura e a imagem brasileira que buscava ser passada. De 2003 a 2010 as ações de diplomacia cultural pelos Ministérios mais do que dobraram e a cooperação brasileira com diversos eixos foi impulsionada pelo plano de fundo cultural que foi desenvolvido.

Dentre as formas de artes e expressões, a música brasileira em toda a sua dimensionalidade, estilos e formas ocupou papel importante, tanto internamente quanto externamente, nas políticas culturais promovidas e incentivadas pelo governo. Internamente, a música ganha força e espaço quando há: a valorização de culturas tradicionais e populares; a presença de um músico e artista enquanto Ministro da Cultura; e a sua classificação como 1 dos 3 pólos mais dinâmicos da Economia de Cultura brasileira pelo Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura.

No campo externo, embora muitas das ações do Departamento de Cultura do MRE e o próprio MinC tenham se voltado mais para pontos como educação, língua portuguesa e literatura, a música brasileira vinha logo atrás. Como já dito, ocupou 4º lugar no ranking das áreas culturais trabalhadas pelas Representações Brasileiras; no segundo mandato ocuparam a maioria de propostas do Programa de Difusão Cultural promovido pelo DODC; sendo que em todo o governo Lula o segmento da música foi o terceiro conteúdo mais trabalhado nos acordos bilaterais brasileiros.

Ademais, no principal evento da diplomacia cultural brasileira da era Lula, o Ano do Brasil na França, ela esteve presente de alguma forma em todas as fases da temporada brasileira em território francês. Em "Raízes do Brasil", uma exposição voltada só para a MPB buscava mostrar as diversas facetas do Brasil através de nossa música. Em "Galáxias", no ato final do evento, não teve papel central, mas esteve presente indiretamente através das manifestações de danças. Já no "A

Verdade Tropical", foi o elemento mais importante e conseguiu agregar a apresentação de maior sucesso da temporada, o Show Viva Brasil. Ademais, dentre o público francês foi a expressão popular que conseguiu agregar e chamar mais atenção, contribuindo diretamente para a imagem e percepção do Brasil na França e os resultados decorrentes deste evento grandioso.

A música brasileira levou para fora, portanto, toda a brasilidade que um dos países mais misturados, diversos e ricos culturalmente poderia oferecer. Sem sombra de dúvidas, contribuiu com um papel central para a imagem de diversidade que o governo Lula buscou construir do Brasil no cenário internacional, utilizando a diplomacia cultural como plano de fundo importantíssimo para o desenvolvimento e estreitamento das relações brasileiras no período.

6. Referências bibliográficas

AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. **O ano do Brasil na França**: um modelo de intercâmbio cultural. 1 ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ARRUDA, Verônica; BIJOS, Leila. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. **Revista Dialogos**: a cultura como dispositivo de inclusão, Brasília, v. 13, n. 1, p. 33-53, ago. 2010.

BARÃO, Giulia R. **A Diplomacia Cultural na Política Externa do Governo Lula**: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010). 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

BARROS, Carlla Cristina de Oliveira. **Diplomacia cultural como instrumento da política externa brasileira**. 2019. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Relações Internacionais) - UFT, 2019.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Cultura em três dimensões**. Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: MinC, DF, 2010.

BRAZ, Simone; MACHADO, Renata; PEIXOTO, Luiza; SANTOS, Josciene. As políticas públicas para a diversidade cultural brasileira. *In*: RUBIM, Antonio A. C. (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

BRIZUELA, Juan; NOVAIS, Bruno do Vale. Políticas Internacionais. *In*: RUBIM, Antonio A. C. (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p.137-156, jun. 2014.

CALDAS, Rebeca dos Santos; PEDRA, Layno S.; SALGADO, Gabriel M. As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma. *In*: RUBIM, Antonio A. C. (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

CIMI. **Prêmio Culturas Indígenas 2007 - Edição Xicão Xukuru**. 28 nov. 2008. Site: cimi.org.br. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2008/11/28114/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FIGUEIREDO, Isabella Araújo. Ano do Brasil na França e Ano da França no Brasil: diplomacia cultural e relações bilaterais. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FINZETTO, Yves C. **Difusão da cultura brasileira no exterior**: a Divisão de Operações de Difusão Cultural do Itamaraty no governo Lula. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) - Escola de Artes, Ciências e Humanidade, USP, São Paulo, 2017.

FLÉCHET, Anaïs. **As partituras da identidade**: o Itamaraty e a música brasileira no século XX. *In*: LESSA, M.; SUPPO, H. (org.). **A Quarta Dimensão das Relações Internacionais**: a dimensão cultural. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 227-256.

FREITAS, Marcello de Souza. Os Desafios para a Diplomacia Cultural Brasileira no Século XXI: as políticas de difusão externa da música brasileira entre 2003 e 2010. *In*: Jornada de Relações Internacionais do NEIBA, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais da I JORNEIBA**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina, UERJ, 2014. p. 80-100.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GOMES, Aline B. P. Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2015.

KAUARK, Giuliana. Participação e Interesses do MinC na Convenção sobre a Diversidade Cultural. *In*: RUBIM, Antonio A. C. (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

KLANG, Helena. **Antropofagia digital**: a questão autoral no tempo do compartilhamento. 2011. Dissertação (Pós Graduação em Comunicação) - UERJ, Rio de Janeiro, 2011.

LESSA, Mônica L; MAPA, Dhiego de M.; SARAIVA, Miriam G. Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. *In*: MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. (org.). **Política externa brasileira**: a política das práticas e as práticas da política. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MANEVY, Alfredo. Dez mandamentos do Ministério da Cultura nas gestões Gil e Juca. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 103-115, jan. 2010. Disponível em:

<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/65/80>.

Acesso em: 19 out. 2020.

MENEZES, Clarice. **Representações identitárias e projeção internacional**: a diplomacia cultural brasileira (2003-2009). 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Mapeamento das Ações Orçamentárias Integrantes da Proposta Orçamentária para 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/ppa/2008-2011/elaboracao/emendas/400-ppa-2008-2011/480-cadastro-de-acoes-versao-preliminar-programas>.

Acesso em: 10 de abr. 2022.

NOVAIS, Bruno do Vale. **Caminhos trilhados, horizontes possíveis**: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010. 2013. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, UFBA, Salvador, 2013.

PORTA, Paula. **Economia da cultura**: um setor estratégico para o país. Brasília, Ministério da Cultura, Abril de 2008. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/592-texto-sobre-o-prodec-paula-porta-dokmpmk1kjny>.

Acesso em 20 jun. 2022.

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia cultural**: seu papel na política externa brasileira. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom-RBCC**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

RUBIM, Antonio A. C. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.